



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 91 – SIAM Nº 0857525/2018

PA COPAM Nº: 27129/2014/002/2018

SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento

EMPREENDEDOR: DOX Brasil Indústria e Comércio de Metais Ltda
CNPJ: 11.240.586/0002-69

EMPREENDIMENTO: DOX Brasil Indústria e Comércio de Metais Ltda
CNPJ: 11.240.586/0002-69

MUNICÍPIO: São Joaquim de Bicas
ZONA: Urbana

CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:

- Não há incidência de critério locacional.

CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
B-05-04-5	Fabricação de estruturas metálicas e artefatos de trefilados de ferro, aço e de metais não-ferrosos, sem tratamento químico superficial, exceto móveis.	3	0
B-05-01-0	Produção de Soldas e ânodos.	3	

CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Esvaldo de Miranda Campos Junior

Marcos Paulo Machado Ferreira

REGISTRO:

ART 14201800000003861520

Registro CREA MG: 04.0.000095968

ART 14201800000004806221

Registro CREA MG: 04.0.0000211709

ART 14201800000004921153

Registro CREA MG: 04.0.0000211709

AUTORIA DO PARECER

MATRÍCULA

ASSINATURA

Lília Aparecida de Castro

Gestora Ambiental

Engenheira Ambiental

79336

De acordo:

Liana Notari Pasqualini

Diretora Regional de Regularização Ambiental

1.312.408-6



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 91-2018

O empreendimento DOX Brasil Indústria e Comércio de Metais Ltda atua no ramo Indústria metalúrgica, exercendo suas atividades no município de São Joaquim de Bicas - MG. Em 15/10/2018, foi formalizado, na Supram Central Metropolitana, o processo administrativo de licenciamento ambiental simplificado de nº 27129/2014/002/2018, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS). O empreendimento operava com Autorização Ambiental de Funcionamento nº 05115/2014 com validade até 14/10/2018 para exercer a atividade “produção de soldas e ânodos” e “fabricação de outros artigos de metal não especificados ou não classificados sem tratamento químico superficial, exclusive móveis”.

As atividades do empreendimento objeto deste licenciamento são “fabricação de estruturas metálicas e artefatos de trefilados de ferro, aço e de metais não-ferrosos, sem tratamento químico superficial, exceto móveis” com área útil de 3,15 ha e “produção de Soldas e ânodos” com área útil de 3,15 ha. O porte do empreendimento justifica a adoção do procedimento simplificado, tendo em vista a incidência do critério locacional zero.

O empreendimento possui área construída de 0,99792 ha, localizado na Estrada Municipal, bairro Boa Esperança, e desenvolverá sua atividade em dois turnos de trabalho, com 45 funcionários.

O processo de produção dar-se-á pela chegada da matéria prima (bobinas de aço) no empreendimento. Os fornecedores são as empresas Usiminas, CSN, Arcelor Mital, Planecorte e Aços Aliança. Posteriormente é realizado o descarregamento das bobinas de aço em uma ponte rolante de 16 e 32 toneladas. Após o descarregamento, é realizado a conferência do material quanto a sua qualidade, peso e espessura.

O material é estocado e posteriormente direcionado para o corte de acordo com as especificações de cada cliente (máquina de unger). O produto final é embalado, acondicionado em cima de paletes e destinados para os clientes por meio do transporte em caminhões. Ressalta-se que os paletes são de fabricação no próprio empreendimento.

O empreendedor apresentou o certificado de registro nº 355128 para categoria de fábrica/indústria de produtos e subprodutos da flora artefatos de madeira, tacos, espetos para churrasco, caixa para embalagens, estrados e armações de madeira e assemelhados junto ao Instituto Estadual de Florestas – IEF.

Como principais impactos inerentes à atividade e devidamente mapeados no RAS, tem-se o uso de água, a geração de efluentes líquidos, geração de emissões atmosféricas, geração de resíduos sólidos e ruídos e vibrações.

O consumo de água pelo empreendimento é em média 4,45 m³/dia e será proveniente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA.



Referente aos efluentes líquidos, esses são provenientes de sanitários, vestiários e copa. Os efluentes são direcionados a uma fossa/filtro anaeróbico seguido de sumidouro.

As emissões atmosféricas de forma difusa são provenientes da movimentação dos veículos. A medida mitigadora implantada é a manutenção nos veículos pertencentes ao empreendimento.

Quanto aos resíduos sólidos, são compostos por resíduos classe I e II. Óleo lubrificante usado, resíduo classe I, é armazenado em bombonas e destinados para empresa Tasa Lubrificantes. Sucatas de metais ferrosos e não ferrosos e restos de madeira, resíduos classe II, são destinados para a empresa de reciclagem Trufer Comércio de Sucatas Ltda. Resíduos de varrição, papel, papelão e restos de alimentos são destinados para o aterro de São Joaquim de Bicas. Em consulta ao Sistema Integrado de Informação Ambiental – SIAM, a prefeitura de São Joaquim de Bicas tem Autorização Ambiental de Funcionamento para atividade de “tratamento e/ou disposição final de resíduos sólidos urbanos”.

Os ruídos e vibrações, são provenientes das máquinas e equipamentos. Como medida mitigadora, o empreendedor propôs a utilização de Equipamento de Proteção Individual – EPI pelos funcionários. Ressalta-se que utilização de EPI não é medida de controle ambiental.

O empreendedor apresentou relatório de monitoramento de ruídos realizado nos limites reais de propriedade. O monitoramento foi realizado no período diurno, quando o empreendimento realiza as atividades. Os resultados apresentados em 4 pontos do empreendimento estão dentro dos limites estabelecidos pela ABNT NBR 10.151. O resultado apresentado no ponto 5 – área de produção juntamente com o pátio do empreendimento, apresentou o resultado 71,1 dB (A) no entanto este ponto encontra-se no interior do estabelecimento e não nos limites reais de propriedade. O resultado permitido para ruídos em período diurno é 70 dB (A).

Será condicionado neste parecer o monitoramento anual de ruídos conforme ABNT NBR 10.151. Caso sejam verificados ruídos acima dos limites estabelecidos o empreendedor deverá adotar as medidas mitigadoras necessárias.

Foi informado pelo empreendedor que houve a perfuração de um “fosso” de 12 metros de profundidade para operação da máquina de corte. Com a perfuração de 12 metros, consta no RAS que de forma intermitente há acúmulo de água no interior do “fosso” e que o empreendimento não faz uso desta água.

Foi informado que este fosso se encontra concretado e que a água é resultante da umidade do solo. Quando necessário, a água é bombeada e utilizada nos jardins. O empreendedor propôs realizar análises desta água para atestar que não há contaminação. Dessa forma, para verificar a eficiência da medida, será solicitado em



condicionante deste parecer o monitoramento da água para comprovar que não há contaminação da mesma.

Para utilização da água do fosso, o empreendimento possui a certidão de registro de uso insignificante de recurso hídrico, nº 101237/2019, para a exploração de 1,8 m³/h, por meio de captação de água em surgência (nascente).

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento “DOX Brasil Indústria e Comércio de Metais Ltda”, para atividade de “fabricação de estruturas metálicas e artefatos de trefilados de ferro, aço e de metais não-ferrosos, sem tratamento químico superficial, exceto móveis” com área útil de 3,15 ha e “produção de Soldas e ânodos” com área útil de 3,15, no município de São Joaquim de Bicas - MG”, pelo prazo de 10 anos”.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “DOX Brasil Indústria e Comércio de Metais Ltda”.

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram Central Metropolitana, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “DOX Brasil Indústria e Comércio de Metais Ltda”.

1. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Na entrada e na saída do Conjunto fossa filtro sumidouro	DBO (mg/L), DQO (mg/L), Fósforo total (mg/L), Nitrato (mg/L), Nitrogênio amoniacal total (mg/L), Óleos e graxas (mg/L); pH, Substâncias tensoativas (mg/L).	Semestral

⁽¹⁾ O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

Local de amostragem: efluente bruto: Antes da entrada da fossa. Saída do Conjunto fossa filtro sumidouro (efluente tratado): após o filtro

Relatórios: Enviar **anualmente** à Supram Central Metropolitana até o dia 10 do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá ser de laboratórios em conformidade com a DN COPAM n.º 216/2017, especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período.

Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.



2. Resíduos Sólidos

Enviar **anualmente** à Supram Central Metropolitana, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 ¹	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma ²	Empresa responsável				
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento ambiental		
									Nº processo		Data da validade

(¹) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(²) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.

3. Ruídos



Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Em pontos localizados nos limites da área externa do empreendimento de acordo com NBR 10.151/2000.	dB (decibel)	<u>anual</u>

Relatórios: Enviar, anualmente, à Supram Central Metropolitana os resultados das análises efetuadas, acompanhados pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório, bem como a dos certificados de calibração do equipamento de amostragem. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional, anotação de responsabilidade técnica e a assinatura do responsável pelas amostragens. Deverão também ser informados os dados operacionais.

As análises deverão verificar o atendimento às condições da Lei Estadual nº 10.100/1990 e Resolução CONAMA nº 01/1990.

4. Água subterrânea

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
No interior do fosso	DBO (mg/L), DQO (mg/L), Fósforo total (mg/L), Nitrato (mg/L), Nitrogênio amoniacal total (mg/L), Óleos e graxas (mg/L); pH, Substâncias tensoativas (mg/L).	Semestral

Relatórios: Enviar anualmente à Supram Central Metropolitana até o dia 10 do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá ser de laboratórios em conformidade com a DN COPAM n.º 216/2017, especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período.

Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.